

Kein Land in Sicht?

Brasiliens Agrarfrage im Zeichen des Klimawandels

Protokoll Forum 6: Reforma agrária e justiça climática

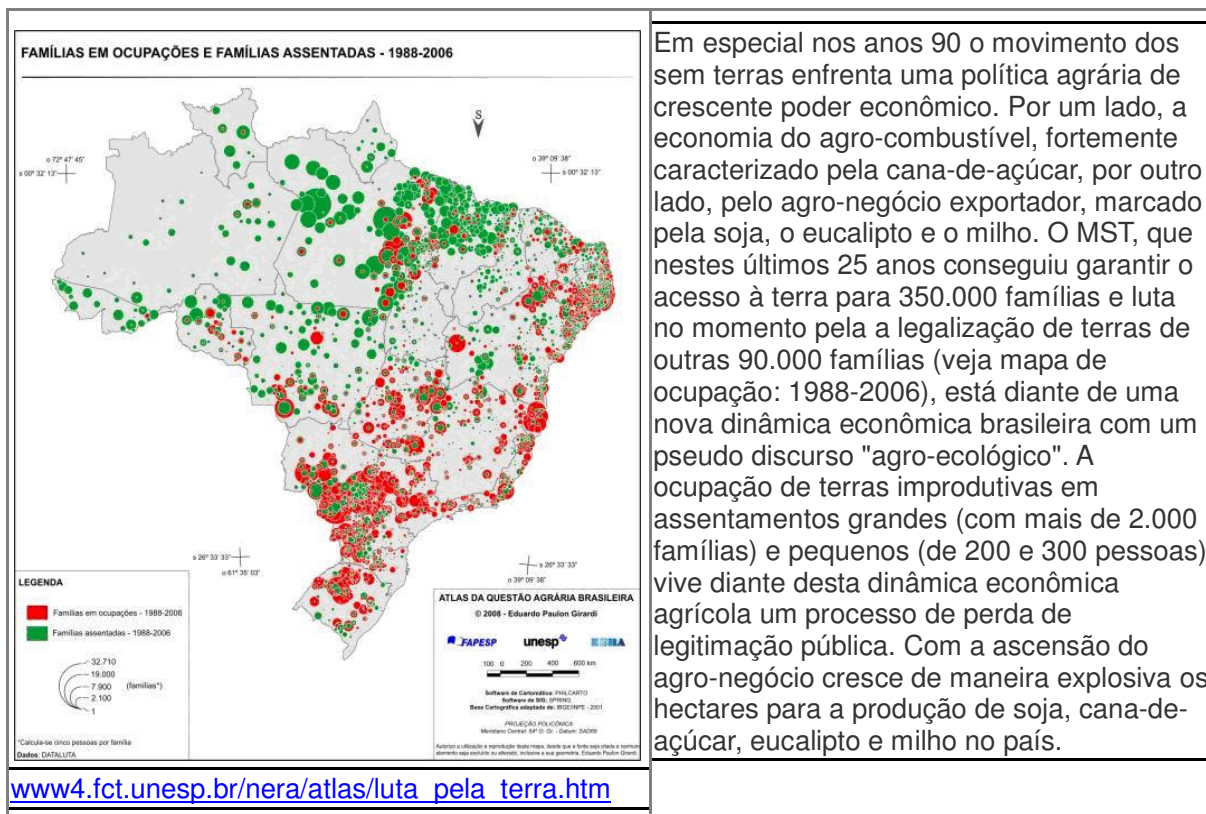
Input: Douglas Estevam (MST) e Benjamin Bunk (Amig@s do MST)

Moderação: Wolfgang Hees (Caritas International)

Ata: Marcos A. da Costa Melo (KoBra, FUGE-Hamm)

Douglas Estevam (MST): Os efeitos da mudança climática são visíveis entre outros no Brasil pelo número de inundações no Sul e Sudeste ou nas crescentes regiões de secas no Norte e Nordeste. Característico aqui são as últimas inundações em Santa Catarina, as últimas estiagens advindas do El Niño na região de Amazonas e as últimas secas no Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco. Estes efeitos climáticos nestes últimos anos são acelerados com a nova dinâmica do modelo econômico agrícola seguida pelo governo de FHC e Lula.

Para o movimento camponês se entende esta economia agrícola brasileira pelo modelo exportador, caracterizada por uma estrutura injusta da divisão da terra. Uma reforma agrária é então fundamental para a resistência contra este modelo de produção, mas uma reforma agrária que não seja só distribuição de terras, mas também a criação de uma nova perspectiva de produção, um apoio técnico amplo, uma facilidade ao acesso às sementes e à escolaridade adaptada a cultura camponesa.



Cinco produtos agroflorestais e pecuários têm importância econômica primária e concorrem basicamente pelas mesmas terras:

=> a cana-de-açúcar: localizada basicamente no estado de São Paulo mas também no Centro-Oeste e no litoral do Nordeste

=> a soja: localizada no Sul e no Centro-Oeste e invadindo a Amazônia legal

=> o milho: no Sul, no Sudeste, no Centro-Oeste, no Nordeste e invadindo a Amazônia legal

=> o eucalipto: localizado no Sul e no Sudeste e invadindo a Amazônia legal

=> a pecuária bovina: localizada no Sul, Sudeste, Centro-Oeste e invadindo Amazônia legal

A cana-de-açúcar, voltada para o mercado interno, ocupa mais de 8 milhões de hectares, a soja (voltada para o mercado exportador) mais de 21 milhões de hectares. O eucalipto já ocupa 7 milhões de hectares. O aumento da exportação desde os anos 90 transforma este setor, promove a automatização, diminui substancialmente a mão-de-obra. Ao mesmo tempo, os investidores europeus e norte-americanos dominam pelo menos 20% do mercado agro-combustível brasileiro, especial na produção do etanol.

Os países industrializados assumem nesse cenário um papel tanto de consumidor, com um aumento das exportações brasileiras desde os anos 90, quanto de investidor. A monocultura de exportação no Brasil gera uma série de passivos sociais e ambientais, como a expulsão dos camponeses do campo e a destruição da floresta amazônica. Ela tornou-se um modelo de negócios altamente atrativo ao capital internacional. Estima-se hoje que os investidores europeus e norte-americanos dominem 20% do mercado brasileiro de agro-combustíveis.

O processo de legitimação da cana-de-açúcar no Brasil conta a argumentação do governo Lula e dos técnicos da UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar), que informa em suas publicações que os centros de produção de cana-de-açúcar do centro-oeste estão à mais de 2.500 km da Floresta Amazônica e os centros de produção do Nordeste pelo menos à mais 2.000 km, de forma que a produção é sustentável e sem risco para o ecossistema amazônico, diz a UNICA.

Tabela: Estrutura fundiária - Brasil (2003):

www.limitedapropriadadedaterra.org.br/noticiasDetalhe.php?id=11

Estratos de área (hectares)	Imóveis		Área total	
	Quantidade	%	Hectares	%
Até 10	1.409.752	32,9	6.638.598,60	1,6
De 10 até 25	1.109.841	25,9	18.034.512,20	4,3
De 25 até 100	1.179.173	27,5	57.747.897,80	13,8
De 100 até 1.000	523.335	12,2	140.362.235,80	33,5
Mais de 1000	68.381	1,6	195.673.396,40	46,8
Totais	4.290.482	100,0	418.456.640,80	100,0

Fonte: Apuração Especial do SNCR, realizada em outubro de 2003 (INCRA, 2003a).

A estrutura fundiária brasileira baseada no latifúndio (veja tabela acima), finaliza Douglas Estevam (MST), facilita esta dinâmica agrícola da monocultura e o desequilíbrio ecológico. Mesmo um processo de certificados de garantia social e ecológica seja para a soja ou para a cana-de-açúcar não altera o modelo deste sistema de produção nem a estrutura agrária do país.

Benjamin Bunk (Amig@s do MST): Para tratar a questão da justiça climática e a reforma agrária no Brasil temos que ter como base o Protocolo de Quioto de 1997 que constitui um tratado internacional com compromissos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa. Considerando as investigações científicas do IPCC o Protocolo de Quioto indica as causas antropogênicas do aquecimento global e os procedimentos necessários para evitar o aquecimento global de 2°C. Este protocolo não foi porém ratificado pelo governo dos EUA, o maior produtor de CO₂ do mundo na época, acrescenta Bunk.

O Protocolo de Quioto definiu contudo a criação de um mercado para as toneladas de gás carbônico produzidas, solicitando assim a limitação da produção de CO₂ em especial nos países industrializados que mais emitem gases. As metas de redução não são homogêneas a todos os países. Países em desenvolvimento (como Brasil, China, México, Argentina e Índia) não receberam metas de redução. O protocolo estimula os países para uma reforma dos setores de energia e transportes, promove o uso de fontes energéticas renováveis, limita as emissões de metano dos

sistemas energéticos e protege com certificados florestas responsáveis pela absorção de carbono.

A preservação de áreas verdes com o Protocolo de Quioto é definida com a criação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (CDM, na sigla em inglês). Os projetos que contribuem com a redução ou captura de gases do efeito estufa nos países em desenvolvimento recebem Reduções Certificadas de Emissões (CERs, em inglês), que podem ser negociadas no mercado de carbono. Terras com vegetação natural produzem assim um valor econômico e os espaços verdes recebem um valor de mercado. Dessa forma estimula-se a compensação da produção de CO₂ nos países desenvolvidos (compra de CERs) através de investimentos na produção de energias renováveis (entre outros o agro-combustível e o óleo de palma). A certificação de terras não degradadas, acrescenta **Wolfgang Hees** (Caritas Internacional), aumentou os investimentos estrangeiros em países com florestas tropicais de 4% para 14 % nestes últimos 10 anos. Medidas transnacionais de redução de gás carbônico ou projetos de transformação do sistema agrícola internacional para uma produção mais sustentável não foram linhas que caracterizaram o Protocolo de Quioto no processo de discussão da prevenção do aquecimento global.

A questão fundamental da mudança climática é o fato que o aquecimento global causa um impacto maior para as comunidades agrícolas em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, ou países subdesenvolvidos africanos. A falta de recursos financeiros ou de uma boa infra-estrutura antecipa e potencializa os efeitos negativos das mudanças climáticas, como no caso das secas, furacões e inundações.

Outro fato importante é que a manutenção do nível de vida europeu e norte-americano vai causar um grande aumento na alocação de terras produtivas em países subdesenvolvidos. 1/3 dos produtos consumidos hoje na Europa vem do exterior. O uso da terra com fins puramente financeiros, aceleraria a desigualdade de direitos e poria em risco a soberania alimentar em países não industrializados e de fraco poder econômico.

Discussão no fórum 6

Se discute a tese do agro-negócio no Brasil, em especial sobre o cultivo da cana-de-açúcar que é apresentado pelo governo de Lula como um importante esforço contra o aquecimento global.

As consequências dessa política são:

- => a monocultura da cana de açúcar,
- => uma maior concentração de terras, expulsando os camponeses de suas terras,
- => o deslocamento de outras monoculturas como a da soja ou do milho, bem como da pecuária para a região amazônica,
- => a ameaça à soberania alimentar no Brasil devido a expansão da monocultura,
- => desmatamento da Amazônia causando queimadas e emissões de gás carbônico na atmosfera, afetando assim a própria eficácia da cana-de-açúcar como ação contra o aquecimento global.

Perguntas feitas do RTB para o Fórum 6:

1) O que é justiça climática?

A questão implica numa "injustiça climática" caracterizada:

- pelo alto nível de exploração dos recursos naturais,
- por alto consumo, pois se gasta mais do que se precisa,
- por alto nível de alocação de terras, pois se gasta mais do que se tem no próprio país,
- por efeitos mundiais, pois os resultados vão além do território nacional,
- por um sistema interligado, pois as causas estão relacionadas com as políticas econômicas,
- por um modelo de desenvolvimento injusto e não sustentável;
- por um paradigma de desenvolvimento, que todavia é copiado pelo Brasil e outros países.

Neste processo de discussão comenta **Benjamin Bunk** (Amig@s do MST) que se sabe que a manutenção da desigualdade econômica e social, bem como da atual estrutura de produção, por ex. da China, da Índia ou do Brasil, diminui os efeitos climáticos globais, contudo não produz uma justiça climática.

Numa discussão sobre a questão da floresta amazônica como patrimônio mundial e a posição de defesa deste território frente a política econômica mundial e nacional é sublinhado a frase:

- Soberania territorial nacional não significa soberania popular.

A luta ambiental é vista como uma luta internacional e não a ser tratada apenas em separado pelas nações. Desse modo é visto como legítimo que os povos do mundo se preocupem com o desmatamento na Amazônia Brasileira e inclusive cobrem ações do governo Brasileiro de combate ao desmatamento.

2) Quais os fatores que estão envolvidos quando se trata da luta pela terra e da justiça climática?

- => O Estado oligárquico rural,
- => O mercado internacional na base de exploração das riquezas naturais,
- => Todo consumidor (seja o brasileiro seja o consumidor em outros países do mundo),
- => Camponeses
- => Indígenas e Quilombos,
- => Igreja, sindicato, sociedade civil, etc.

4) Por que você acha que isso acontece?

- Há uma mudança do valor da terra que tem mais fortemente um valor especulativo,
- A poluição do meio ambiente produz em si mercadoria

5) Como é que seria possível mudar este esquema?

- Mudança de consumo em geral,
- Mudança de mobilidade individual para formas de tráfico mais sustentável (crítica a política brasileira de apoio ao agro-combustível)

6) O que nós na Europa podemos fazer para que tenha mais justiça climática no nosso planeta? Com um consumo consciente, na melhor escolha dos próprios governantes, etc.

Anotações no painel:

- justiça seria igualdade / direitos entre os seres humanos
- justiça = direitos iguais, inclusive econômicos
- manter a desigualdade é o melhor contra mudança climática
- justiça climática é complexa
- medidas individuais:
- consumo consciente
- voar menos
- medidas conjuntas